

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 09/2025- TI/CGPDE	
Título e Código do Projeto:	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
Local de Trabalho:	Brasília-DF
Período do contrato:	06 (seis) meses*
Número de vagas:	02 (duas)
Enquadramento no Prodoc: (conforme detalhamento no item 2 deste TR):	Resultado 1.2: Atividade: 1.2.5

*O tempo do contrato poderá ser ajustado, considerando a vigência do Projeto 914BRZ1149

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral do Programa Dinheiro Direto na Escola (CGPDE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

Para que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) seja bem compreendido e executado, o FNDE precisa investir no aprimoramento de seus sistemas de execução orçamentária e nas suas ferramentas de assistência técnica. Nesse contexto, a cooperação técnica busca resultados tangíveis e mensuráveis por meio da contratação de consultoria especializada.

A contratação de dois consultores com perfil específico é essencial para atender às demandas do PDDE em 2025, considerando a complexidade das análises e propostas que visam aprimorar a gestão e a execução do programa. Com Pós-Graduação na área de TI e atuação na Administração Pública, o consultor estará preparado para colaborar com a CGPDE, ao cumprimento das metas do Plano

Nacional de Educação (PNE) e contribuirá para a aplicação de práticas ágeis para análise e desenvolvimento de sistemas.

2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

Atividade 1.2.5: Realizar análise e indicação de necessidade de aperfeiçoamento e inovação do sistema de implantação, controle e monitoramento dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Atividades:

- Participação em reuniões institucionais;
- Diálogo permanente com as equipes da CGPDE e da Dirti do FNDE;
- Indicação das funcionalidades a serem aperfeiçoadas ou reorganizadas nos sistemas;
- Organização das informações referentes à endereços das bases de dados, scripts, periodicidade e fluxos das demandas de atualização;
- Indicação de possíveis falhas ou inconsistências nas funcionalidades existentes com sugestão de testes de validação;
- Formulação de requisitos de aprimoramento a serem solicitados à equipe de informática do FNDE (Dirti);
- Sistematização das demandas já abertas e geradas para a TI, com status de correção de erros e reorganização de funcionalidades;
- Descrição dos aprimoramentos implementados nos sistemas PDDEWeb e PDDE Info ao longo da contratação;
- Indicação de mecanismos de acompanhamento da evolução dessas demandas;
- Propostas de soluções e prioridades para correções e aprimoramentos.

4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1 PDDEweb

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico “A” consolidado das principais mudanças e requisitos de aprimoramento do sistema PDDE Web. Relatório consolidado das principais mudanças identificadas no sistema PDDE Web, com descrição dos requisitos de aprimoramento, sugestões de reorganização de funcionalidades e apontamentos sobre aspectos que demandam atenção técnica para maior eficiência do sistema	40 dias

Documento técnico “B” contendo a evolução das demandas e aprimoramentos implementados no sistema PDDE Info. Registro técnico da evolução das demandas relacionadas ao sistema PDDE Web, contendo a sistematização dos aprimoramentos já implementados, com indicação das etapas de encaminhamento, status das solicitações e contribuições identificadas ao longo do processo.	80 dias
Documento técnico “C” contendo proposição de novas funcionalidades e melhorias para o sistema PDDE Web. Proposta estruturada de novas funcionalidades e melhorias para o sistema PDDE Web, com base em análise de uso, demandas recorrentes das áreas técnicas e sugestões de aperfeiçoamento, visando maior efetividade e aderência às necessidades institucionais	120 dias
Documento técnico “D” contendo relatório consolidado de diagnóstico e planejamento para o sistema PDDE Web. Relatório de diagnóstico geral e planejamento propositivo para o aprimoramento do sistema PDDE Web, reunindo achados, mapeamento de fluxos críticos, sugestões de priorização de demandas e caminhos possíveis para a reorganização de funcionalidades.	160 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

Consultor 2 PDDE INFO

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico “A” consolidado das principais mudanças e requisitos de aprimoramento do sistema PDDE INFO. Relatório consolidado das principais mudanças identificadas no sistema PDDE Info, com descrição dos requisitos de aprimoramento, sugestões de reorganização de funcionalidades e apontamentos sobre aspectos que demandam atenção técnica para maior eficiência do sistema.	40 dias
Documento técnico “B” contendo a evolução das demandas e aprimoramentos implementados no sistema PDDE Info. Registro técnico da evolução das demandas relacionadas ao sistema PDDE Info, contendo a sistematização dos aprimoramentos já implementados, com indicação das etapas de encaminhamento, status das solicitações e contribuições identificadas ao longo do processo.	80 dias

Documento técnico “C” contendo proposição de novas funcionalidades e melhorias para o sistema PDDE Info Proposta estruturada de novas funcionalidades e melhorias para o sistema PDDE Info, com base em análise de uso, demandas recorrentes das áreas técnicas e sugestões de aperfeiçoamento, visando maior efetividade e aderência às necessidades institucionais.	120 dias
Documento técnico “D” contendo relatório consolidado de diagnóstico e planejamento para o sistema PDDE Info. Relatório de diagnóstico geral e planejamento propositivo para o aprimoramento do sistema PDDE Info, reunindo achados, mapeamento de fluxos críticos, sugestões de priorização de demandas e caminhos possíveis para a reorganização de funcionalidades.	160 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

Formação Acadêmica:

- Obrigatório que possua Diploma de conclusão de curso na grande área de Tecnologia da Informação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC
- É obrigatória especialização na grande área de tecnologia da Informação.

Experiência profissional:

É obrigatória experiência profissional mínima de 8 (oito) anos, sendo:

- Experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em atividades relacionadas a análise, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas; e
- Experiência profissional mínima de 3 (três) anos na Administração Pública Federal.

A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados, contratos e/ou declarações fornecidas por empregador ou instituição de ensino.

6.2 Desejáveis:**Experiência profissional:**

- Desejável experiência profissional de 1 (um) ano em atividades de consultoria.

A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados, contratos e/ou declarações fornecidos por empregador ou instituição de ensino.

Habilidades e conhecimentos (a serem avaliados na entrevista):

Conhecimento sobre as atividades do PDDE e os sistemas PDDEInfo e PDDEWeb;

Conhecimento sobre análise, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas;

Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.

7– PROCESSO SELETIVO

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e, preferencialmente, um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

a) os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;

- b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;
- c) não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. Os candidatos que não informarem no currículo o perfil para o qual desejam concorrer poderão ter seus currículos eliminados da concorrência ou distribuídos para algum dos perfis conforme avaliação discricionária da Comissão de Seleção, não cabendo recurso em caso de discordância com a opção adotada.
- e) as candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) a análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 50 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando até 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) a pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) a entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA - Análise documental/convocação

- a) os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) o candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) a experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7.4.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos em comprovação de experiência em análise, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas;
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência na Administração Pública Federal;
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato
--

1	Qualificação do candidato	<p>É obrigatório que possua Diploma de conclusão de curso na grande área de Tecnologia da Informação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC</p> <p>É obrigatória especialização na grande área de tecnologia da informação</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Doutorado na grande área de Tecnologia da Informação</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Mestrado na grande área de Tecnologia da Informação</p> <p>[70%] 7 pontos: Especialização na grande área de Tecnologia da Informação</p>	10
2	Experiência Profissional	<p>É obrigatória experiência mínima de 5 (cinco) anos em atividades relacionadas a análise, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados, contratos e/ou declarações fornecidos por empregador ou instituição de ensino.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 7 anos ou mais</p> <p>[85%] 17 pontos: 6 anos</p> <p>[70%] 14 pontos: 5 anos</p>	20
		<p>É obrigatória experiência mínima de 3 (três) anos na Administração Pública Federal.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados, contratos e/ou declarações fornecidos por empregador ou instituição de ensino.</p>	<p>[100%] 25 pontos: 5 anos ou mais</p> <p>[85%] 21,25 pontos: 4 anos</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos</p>	25
		<p>É desejável a comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano em atividades de consultoria.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados, contratos e/ou declarações fornecidas por empregador ou instituição de ensino.</p>	<p>[100%] 25 pontos: 2 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 21,25 pontos: 1 ano de experiência</p>	25

3	Entrevista	Conhecimento sobre as atividades do PDDE e os sistemas PDDEInfo e PDDEWeb	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	5
		Conhecimento sobre análise, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas.	<p>[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	10
		Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito</p>	5
		TOTAL DE PONTOS		100

9 – LOCAL DE TRABALHO

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento

dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

A UNESCO contrata consultores especialistas quando existe uma necessidade temporária, de curto prazo e de caráter não continuado, em conformidade com seu manual de recursos humanos e demais regras e procedimentos administrativos e, em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais e demais direitos sobre os materiais produzidos no âmbito desse trabalho serão transferidos à titularidade do FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia, resguardado o direito de crédito à participação da UNESCO.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Brasília/DF, junho de 2025.

Projeto 914BRZ1149